

Entre História e Memória: intelectuais da educação e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) na década de 1950

Resumo: Esse trabalho objetiva apresentar o papel dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na preservação da memória desse Instituto, que corroborou para o delineamento entre educação, cultura e política na década de 1950. Assim, atentando-se para a relação entre o intelectual e a circulação de representações, buscou-se neste artigo abordar de que forma o ISEB foi associado a um ideário educacional, tendo como consequência preservar sua memória. Como resultado, aponta-se que o ISEB foi apropriado pelos intelectuais que compunham seus quadros como um lugar de circulação, prática e representação do subdesenvolvimento, principal problemática enfrentada por esses intelectuais na busca por um novo modelo de homem por meio da educação e pelo desenvolvimento nacional. Para tanto, ancorou-se o presente trabalho em alguns teóricos, como Jean François Sirinelli (2003), que discorre acerca do conceito de intelectual, Pierre Nora (1993), no que tange à problemática dos lugares de memória, Maurice Halbwachs (1990), sobre memória coletiva, na tentativa de criar um referencial teórico-metodológico adequado para a construção do presente estudo.

Palavras-chave: Iseb. Intelectuais. Educação. Memória. História.

Cleber Ferreira Santos Correio
Universidade Federal do Espírito Santo
cleberfshistoria@gmail.com

Thyellis Cesar Santos Correio
Universidade Federal do Espírito Santo
thyelliscesar@hotmail.com

Introdução

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) é descrito como uma instituição criada em 14 de junho de 1955 e inaugurado em 7 de outubro do mesmo ano, cuja finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da filosofia, da história, da política, bem como da economia, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessa ciência à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, com o objetivo de produzir instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O presente artigo está dividido em três partes. Para uma visão macro do cenário político da década de 1950, iniciou-se o trabalho com uma leitura da problemática dos “Direitos Políticos e Econômicos da década de 1950, à luz da Constituição de 1946”, que discorre sobre o espaço de luta e do campo de poder que se formou em torno da redemocratização brasileira. Pontuou-se em seguida como ocorreu o processo de criação da memória do Iseb, as representações e o engajamento dos isebianos históricos nesse processo de

enquadramento da memória. Já em um terceiro momento desse trabalho, conhecido como “Geração de intelectuais”, convergiu-se para a importância do intelectual na preservação da memória coletiva e, por fim, em “Os intelectuais e a educação” apontou-se o ideal de educação proposto no interior do Iseb. Como resultado parcial desta pesquisa, constatou-se que os intelectuais da educação representaram o (sub)desenvolvimento brasileiro da década de 1950 de maneira a formular um projeto de educação. Foram relevantes como fonte de pesquisa relatórios e parte da produção intelectual produzida no interior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) pelos intelectuais do Iseb.

Direitos políticos e econômicos na década de 50 à luz da Constituição de 1946: “Espaço de luta, Campo de Poder”

Normalmente, o intelectual não está isento das problemáticas de seu tempo, ele se encontra imerso nas lutas políticas e ideológicas que permeiam uma nação. Como sujeitos engajados, os intelectuais da década de 1950 representaram as problemáticas do Brasil daquela época, no intuito de romper com as forças que de alguma forma constituíam um campo de ideológico.

Percebe-se que a partir da década de 1940 o Brasil experimentou um cenário político altamente conturbado, com reflexos marcantes da crise de 1929, que havia abalado a economia brasileira. No contexto político internacional, o mundo vivia sob as pressões da Segunda Guerra e de seu fim, com a conseqüente disputa mundial pela hegemonia, a qual criou um ambiente hostil em vários países da América Latina, bem como uma grave crise na política interna brasileira. O fim do Estado Novo promoveu uma disputa que desembocou na deposição do Presidente Getúlio Vargas e, em seguida, em eleições para Presidente da República após quase duas décadas sem o pleito eleitoral. Em suma, o país passava por uma grave contingência política e econômica.

A queda de Vargas deu ensejo a uma Assembleia Constituinte bastante heterogênea e sem a arbitrariedade do chefe do executivo. A Constituição de 1946 foi elaborada em um contexto social e político bastante diferente dos períodos anteriores. O clima de redemocratização deu voz a uma difusão de partidos e ideologias no processo de feitura da carta magna de 1946. Naquela ocasião

estabeleceram-se diversos ajustes com as lideranças políticas que ali estavam representadas. A derrocada do nazifascismo mundial provocou as forças políticas a um novo pacto de nação ou, pelo menos, estimulou uma nova discussão acerca de novo rumo desejado para o país. A Assembleia Nacional Constituinte de 1946 tinha a missão de dar legitimidade democrática às autoridades públicas e às instituições nacionais.

A composição das ideias políticas em relação às Cartas anteriores também era bastante difusa. Concordando com as interpretações de Sérgio Soares Braga (1998), o Partido Social Democrático (PSD). União Democrática Nacional (UDN). Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). eram os partidos mais expressivos na constituinte, embora houvesse uma enorme participação de senadores e deputados de variadas matizes políticas, ou seja, nove partidos ao todo participaram do processo. Assim, com a promulgação da nova Constituição, foi possível estabelecer um mandato de cinco anos para o chefe do Executivo, vedado à reeleição, e o Congresso Nacional passou a ser mais respeitado; foram atribuídas competências à União, Estados e Municípios de maneira mais sólidas; recuperou-se o princípio federativo e a autonomia dos Estados; consolidou-se e se alargou o voto feminino, alterou-se a estrutura federativa, amparando os Estados de menor representação política, entre outras garantias que foram instituídas nessa constituição.

Nesse sentido, Paulo Bonavides (2000) explicita que a Constituição trouxe estabilidade e bom senso para as circunstâncias da época, que por um bom tempo suavizou o vulcão da crise constituinte, cujas erupções não vieram tão imediatas quanto as que implodiram em 1934. Essa Constituição logrou um êxito programático de justiça social, embora não houvesse sanção ao seu descumprimento. Assim, em seu âmago não adentrou as estruturas que pudessem promover mudanças e a ampliação de direitos de forma concreta. Esse caráter programático da carta de 46 distanciou a efetivação dos direitos sociais e desenvolvimentistas, pois a atuação econômica estatal, transformando as estruturas e implantando reformas, aconteceu à margem dos direitos subjetivos prescritos na Constituição de 1946.

A constituição modificou em parte a realidade jurídica, social, econômica e política do país. O projeto desenvolvimentista desse período incluía forte participação das empresas públicas. Destaca-

se a criação da Petrobras, oriunda da campanha “O Petróleo é nosso”, e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com um fito desenvolvimentista industrial. Por óbvio que somente a Constituição não foi parâmetro do projeto de desenvolvimento e industrialização nacional, contudo, foi durante a sua vigência que o país empreendeu o projeto nacional-desenvolvimentista.

A partir de 1950, com o retorno do governo Vargas, deu-se continuidade ao projeto de industrialização com base na estrutura do Estado, sobretudo com a aliança feita com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e BNDE. A CEPAL surgiu em função da crise econômica dos anos de 1930 e 1940. Criada em 1947 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e sediada em Santiago, no Chile, tinha como uma de suas principais metas a suplantação do subdesenvolvimento, bem como da pobreza, por meio de uma doutrina de industrialização. O Brasil adotou as ideias da CEPAL que, juntamente com o BNDE, desenvolveu as ideias de reformismo social, integração de mercado interno, internalização dos centros de decisão econômica e todas as propostas que surgiam desse modelo desenvolvimentista, como bem observou Octávio Ianni (1991).

Assim, o Estado se colocou no centro das transformações estruturais econômicas brasileiras da época. Essa parceria entre o BNDE e CEPAL funcionou como uma engrenagem do capitalismo industrial, pois o banco praticamente financiou a industrialização brasileira. “Os recursos eram retirados compulsoriamente de pessoas físicas contribuintes do imposto de renda e repassados para a grande indústria”. (FURTADO, 1972, p. 25)

Entretanto, esse modelo nacional-desenvolvimentista brasileiro encontrou resistência por parte de alguns intelectuais que pensavam o desenvolvimento nacional, sobretudo os intelectuais do Iseb. Eles acreditavam que a superação do subdesenvolvimento deveria ocorrer de baixo para cima, isto é, das massas para o Estado, pois só haveria rompimento com o passado colonial se houvesse consciência da realidade, por parte da nação, das problemáticas político-econômicas existentes. Alzira Alves de Abreu (2007, p. 420) assim dispõe:

O objetivo principal que orientava os estudos do ISEB era a compressão dos meios capazes de promover o desenvolvimento como igualdade das condições de existência humana, melhoria das condições de vida, abolição das condições intoleráveis em que vivia grande parte dos homens, isto é, o desenvolvimento

implica na existência de uma consciência social, ou seja, a comunidade deveria perceber a necessidade imperiosa de solucionar seus problemas, sendo assim, seria de suma importância um esforço coletivo para formulação do projeto de desenvolvimento nacional.

(1) Conceito cunhado por Benedict Anderson (2008), que se refere a um grupo que assume a responsabilidade por resoluções de problemas em determinado tempo.

(2) O Decreto nº 37.608, publicado no governo Café Filho, em 14 de julho de 1955, criou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura).

Decerto que o cenário político e econômico da redemocratização, pós-Estado Novo, foi um ambiente de disputa político-ideológica altamente permeada pelo ideal desenvolvimentista, em que vários projetos em torno da superação do subdesenvolvimento estiveram em pauta, em um ambiente altamente heterogêneo, que eclodiram em ideias diversas, tanto conservadoras como liberais. Além disso, em se tratando de um mercado não regulado, no que tange aos aparelhos jurídicos e de Estado, as relações de dominação só podem ser instauradas e mantidas mediante estratégias indefinidamente renovadas. Para Pierre de Bourdieu (20015, p. 193), “a dominação não tem necessidade de ser exercida de maneira direta e pessoal quando está implicada na posse dos meios de capital econômico e cultural”.

Em síntese, como se pode observar, a Constituição de 1946 perdurou até 1964, sendo extinta pelo Golpe Militar, e não se configurou em grandes ganhos políticos e sociais abrangentes às camadas excluídas do processo de democratização do Brasil. Convém destacar que, embora o governo varguista tenha dado uma maior atenção aos benefícios sociais, não privilegiou a participação popular no que tange à coisa pública. Problemática essa que o Brasil vinha enfrentando desde 1889, quando da transição do Império para a República. Coube, então, às comunidades interpretativas¹, na condição de intelectuais, representarem as nuances e fricções abertas no campo de poder.

Intelectuais e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb): “A construção de uma memória”

Formalmente, o Iseb² foi constituído em 1955, decorrente de estudos originados no final do governo Vargas. No entanto, o pensamento que conduziu o Instituto remonta às experiências de um grupo de intelectuais jovens que, em fins da década de 1940, sob a coordenação de Hélio Jaguaribe, teve acesso, levados por Augusto Frederico Schmidt, à quinta página do jornal *O Comércio*.

No Decreto nº. 37.608, o Iseb é descrito como uma instituição criada em 14 de julho de 1955, e inaugurado em 7 de outubro do mesmo ano. Sua finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia, e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira. Visa, assim, a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional por meio da educação que, por conseguinte, culminou na preservação da memória do Iseb.

Na aula inaugural do Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pronunciada em 14 de maio de 1956, no auditório do Ministério de Educação e Cultura (MEC), o filósofo Álvaro Vieira Pinto (1960, p. 43) enfatizou que era necessário criar um novo modelo de educação a fim de conduzir o processo de desenvolvimento nacional, pois se tratava de uma “representação da realidade brasileira”.

[...] Neste momento em que a comunidade brasileira atinge o limiar da consciência nacional, caracterizada por inédita representação de sua realidade, e se dispõe a projetar e empreender o desenvolvimento dos recursos materiais, que a deve conduzir a outro estágio de existência, torna-se indispensável criar um novo conceito de educação como parte essencial daquele projeto, e condição do seu complexo êxito.

Pierre Nora (1993, p. 21) destaca que, mesmo em um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação só entra em uma categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo um recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os intelectuais do ISEB, imersos em seu tempo, foram responsáveis por manter “viva” as lembranças daquele que foi considerado o “antro” da intelectualidade brasileira, no Brasil da década de 1950.

Esses intelectuais, tais como Werneck Sodrê, Álvaro Pinto, entre outros grandes nomes que compunham o ISEB, eram “sujeitos da ação”, intelectuais engajados, que fundaram um patrimônio material para circulação de ideias do grupo, bem como para as representações do (sub)desenvolvimento. Esse foi o objetivo

primeiro dos isebianos históricos, sendo de suma importância para trazer à memória coletiva a história do ISEB. Essa geração de intelectuais foi testemunha de seu tempo, e responsáveis por reproduzir as lembranças do ISEB na memória coletiva de gerações posteriores. Como bem destacou Maurice Halbwachs (1990, p. 23):

O resultado para onde nos conduz a memória, permitiria talvez responder à objeção mais séria e, aliás, a mais natural a que nos expomos quando percebemos que só temos capacidade de lembrar quando se colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos, e de nos situarmos, novamente, em uma corrente de pensamento coletivo.

A importância do intelectual como testemunha de um tempo é de suma importância para trazer à memória coletiva lembranças de arquivos, monumentos e, no caso aqui em destaque, o ISEB, que teve sua memória ancorada por meio de um grupo engajado nas problemáticas do Brasil dos anos 50. Sobre homens que não estão materialmente presentes, aponta Halbwachs (1990, p. 24):

[...] Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reapareça porque nos são recordados por outros homens, conceder-nos-ão, mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo.

Constituído por intelectuais que objetivava principalmente se engajar na resolução do subdesenvolvimento brasileiro, os “Isebianos” se caracterizaram por realizar um conjunto de estratégias políticas que apresentava como uma de suas principais metas notadamente serem conhecidos como a “intelligentsia brasileira” no Brasil da década de 1950. Para tanto, criaram um lugar de memória chamado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Acerca dos lugares de memória, Pierre Nora (1990, p. 10) destaca:

[...] O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação, sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus,

medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mais os esvaziando daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória, e uma sociedade que vivesse integralmente sobre o signo da história, não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória.

A geração de intelectuais da década de 1950 e, principalmente a partir do ano de 1955, de acordo com Daniel Pecáult (2003), estava segura de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas. Os intelectuais do ISEB, no cruzamento dos “lugares de memória”, ancoraram na memória coletiva desse Instituto como um lugar de lembranças e de resgate do passado. O espaço de experiência no qual fora ancorada a memória do ISEB, sem dúvida vislumbrou um horizonte de expectativa no campo da educação, da cultura e da política.

Geração de Intelectuais

Entre os historiadores franceses mais comprometidos com a elaboração de uma metodologia adequada para o estudo dos intelectuais destaca-se Jean-François Sirinelli, que procura situar a história dos intelectuais no cruzamento das histórias política, social e cultural. De acordo com Sirinelli (2003, p. 262), para o papel dos intelectuais, seria preciso “[...] estabelecer um terceiro nível, uma observação baseada na circulação e no *dégradé* entre ideologias, cultura política e ‘mentalidades coletivas’”. A questão da relação entre o intelectual e a política conduz, portanto, à reflexão sobre a responsabilidade social do intelectual e à necessidade de identificar a cultura política desse intelectual.

Os intelectuais são aqueles que se dedicam a certa tarefa de intervenção política ou social, agindo como produtor e transmissor de ideias, representando opiniões, visões de mundo de uma determinada época e de uma sociedade específica. Os Isebianos, por sua vez, são intelectuais por terem participado de grupos de discussões historiográficas e políticas, por se manifestarem quanto aos rumos desenvolvimentistas do Brasil de sua época utilizando jornais e revistas e, principalmente, pelas aulas ministradas no interior do Ministério da Educação.

As posições sociais ocupadas pelos intelectuais do ISEB na década de 1950 propiciaram a esses personagens a condição privilegiada de atuar diretamente na produção de sua própria representação social, o que possibilitou alargar as fronteiras da memória por meio da rica produção intelectual legada por eles. Segundo Juçara Luzia Leite (2011), os intelectuais são pessoas privilegiadas em uma sociedade desigual. Essa geração de intelectuais foi responsável pelo desenvolvimento de um pensamento novo na época a que pertenceram, que correlacionava a realidade brasileira com a universal, pretendendo, com os cursos ministrados no interior do MEC, produzir para as gerações futuras uma memória da educação do Brasil da década 1950.

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais. Um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como pródigo, quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa. Além disso, e por essa razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxinômico. Por certo, Sirinelli (2003, p. 255) aponta que “[...] as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência”.

A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas. A geração de intelectuais do ISEB estava decidida a ser plenamente ideóloga, que conhece uma voga excepcional, não pretendendo referir-se a uma representação deformada do real, mas sim a uma força que possibilite a sua transformação. Concordando com Pécaut (1990), os isebianos históricos descobriram mais uma razão para se identificar com uma intelectualidade de estilo russo, e nem o poder nem as diversas frações sociais da década de 1950 contestavam sua posição. Já para Alzira Alves de Abreu (1975, p. 30):

[...] À função desse instituto foi coroada por várias iniciativas por parte de intelectuais desejosos de contribuir para a definição de um projeto coerente de desenvolvimento econômico, político e social. Era por tanto um núcleo de intelectuais dispondo de um estatuto oficial e convidados pelo próprio poder senão para

intervir diretamente na gestão política econômica, ressaltando assim o alcance político e social.

O fantástico destaque dos intelectuais do ISEB se deve também ao fato de que, ao intervirem nome do poder ou do povo, manifestava-se o sentimento de uma intelectualidade que sentia vocação não só para conduzir o Instituto, mas concomitante, para conduzir a história do ISEB. Sabemos que a operação intelectual é laicizante, demanda análise e discurso crítico, o que lhe confere uma vocação universal. Os intelectuais do ISEB não só conseguiram realizar o reconhecimento do alcance do processo de um lugar de memória, como também legaram uma lembrança coletiva da importância de um instituto concebido como um lugar de circulação de intelectuais. Ao discorrer da importância do resgate das lembranças do passado, Halbwachs (1990, p. 25) expressou:

[...] É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações fossem apenas o reflexo dos objetos exteriores, no qual não misturávamos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos prendiam aos homens e aos grupos que nos rodeavam, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto ainda não somos um ente social.

Os intelectuais do Iseb não estavam em uma torre de marfim, eles estavam imersos no vasto movimento político que percorreu o Brasil da década de 1950. Da mesma forma, a história não aconteceu fora de seu tempo, afinal, só podemos respirar o ar do próprio tempo, e esses intelectuais se engajaram nas problemáticas educacionais, políticas e culturais no Brasil de sua época. Fundaram um “lugar de memória”, conhecido como “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros” ou, para muitos, “lugares de memória”.

Os intelectuais e a educação

Na aula inaugural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ministrada pelo professor de Filosofia Álvaro Vieira Pinto, explanou o projeto isebiano de educação para o desenvolvimento do país, cuja educação das massas seria de grande importância na estratégia desses intelectuais, ou seja, “pretender fazer valer a razão, alcançar o consenso nacional e colocar o Estado a serviço do desenvolvimento nacional implicava reconhecer como central

a questão da educação e da organização ideológica das massas". (PINTO, 1956, p. 43)

Para os intelectuais do Iseb, o “povo” deveria cooperar voluntária e conscientemente para o desenvolvimento, e um trabalho educativo que promovesse “o progresso da ideologia na consciência nacional” muito poderia fazer para o desenvolvimento brasileiro. Dispondo de uma modesta verba concedida pelo Ministério da Educação e Cultura, com a qual atendia suas principais atividades, entre elas o aluguel da sede do Instituto, e mantendo um fundo para publicar suas obras, o Iseb procurou romper com o subdesenvolvimento nacional por meio da inserção das massas na educação ideológica.

As atividades do ISEB consistiam, então, em cursos anuais de ciência política, ministrada pelo professor Hélio Jaguaribe, de Economia (Ewaldo Correia Lima), de Sociologia (Guerreiro Ramos), de História (Candido Mendes e o Professor Werneck Sodré) e de Filosofia (Álvaro Vieira Pinto). Os alunos eram predominantemente indicados por instituições públicas e acadêmicas, sendo admitidas inscrições individuais e se mantinha, igualmente, um ciclo anual de conferências sobre problemas brasileiros, ao mesmo tempo em que se publicavam livros de autoria de membros do ISEB.

Os intelectuais da educação receberam grande influência do sociólogo Húngaro Karl Mannheim³ (1893-1947). Para Mannheim (1968), a reforma da educação e a reforma da sociedade andavam juntas, como parte de um mesmo processo, em que deviam refazer as instituições sociais e o comportamento dos indivíduos, em uma justamento contínuo a novas situações. O desenvolvimento da nação era interpretado pelos isebianos históricos basicamente como processo de mudança que possibilitasse a democratização que, por sua vez, funcionaria como motor de novas transformações, bem como propiciaria a formação de “um novo modelo de homem”, que conscientemente contribuiria para o processo de desenvolvimento.

Os isebianos históricos, como ficaram conhecidos os intelectuais mais recorrentes do Instituto, intelectualmente formavam um grupo bastante heterogêneo, não só por suas especializações profissionais, mas principalmente por suas orientações teóricas, culminando assim em dissensos e consensos no interior do instituto. Os cursos regulares ministrados no interior do MEC incluíam aulas, seminários, trabalhos de grupos e conferências, com duração de um ano letivo e, ao final do curso,

(3) Karl Mannheim denunciou a existência de uma relação entre as formas de conhecimento e a estrutura social e tentou resolver o problema daquilo a que chamou “as implicações relativistas da sociologia do conhecimento”, apontando soluções para o princípio que postula que, se todas as crenças podem ser socialmente localizadas, é impossível qualquer critério de verdade socialmente independente.

(4) "Relatório Sucinto das Atividades do Iseb, de janeiro de 1956 a novembro de 1960", Biblioteca

Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo Instituto Nacional do Livro (INL): (52, 30, 49).

os alunos deveriam apresentar uma tese para lograr certificação. Esse curso era dado a duas categorias de alunos: "estagiários de tempo integral e estagiários de tempo parcial".

A categoria de estagiários de tempo integral era constituída por representantes de instituições ligadas ao governo, em seus diferentes níveis, e também da federação de trabalhadores, de empresários, de alguns sindicatos e de organizações estudantis que faziam parte dos cursos ofertados pelo Iseb. De acordo com o Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb),⁴ no período de 1956 a 1960 foram ministradas um total de 1452 aulas e 332 seminários, com destaque para a disciplina de Filosofia como a mais lecionada dentro dos quatro anos apontados pelo relatório, tendo à frente o professor Álvaro Pinto como o professor mais presente em sala de aula.

Para Vanilda Paiva, os intelectuais do Iseb não só representaram as problemáticas do seu tempo, mas também influenciaram outros intelectuais, como é o caso de Paulo Freire, destacado por Paiva (2000, p. 160)

[...] O ideal de criar consciência nas massas a partir dos cursos ministrados pelos Intelectuais do ISEB marca de maneira profunda o ideário de 'educação libertadora' vista em Paulo Freire. 'Freire não apenas aceitava os ideais sociais e políticos defendidos pelos isebianos, como também a sua interpretação da realidade brasileira'.

Vale destacar, pelas análises de Paiva, que muitos dos ideais de Freire foram filtrados pela produção intelectual isebiana ou pela leitura direta daqueles autores, sendo que até meados da década de 1960 observa-se uma preocupação central de Freire acerca do desenvolvimento nacional.

Ao se basear na tese apresentada em 1959, na qual Freire reafirma constantemente a sua concordância com a ideologia isebiana é possível encontrara defesa clara de uma posição diretiva: "As massas, afirmava ele citando Vieira Pinto, precisavam cooperar voluntária e conscientemente para o desenvolvimento, se tal não ocorresse de nada valeria a promoção do desenvolvimento pelo poder Público" (PAIVA, 2000, p. 163). Em *Educação como prática da liberdade*, o que consta é uma reelaboração superficial de sua tese, de modo que muitos pensamentos da prática pedagógica de Freire haviam sido herdados do grande fervor intelectual dos anos

1950, principalmente advindas da “Fábrica de Ideologias” que fora o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Conclusão

O que havia de mais positivo na postura intelectual do ISEB era seu engajamento no Brasil de seu tempo, sua preocupação não só de entender o país, mas também de formular um “modelo” para seu presente, sem deixar de vislumbrar o futuro. Enquanto muitos cursos da área de ciências humanas dedicavam-se a ensinar e estudar teorias importadas e até usá-las como base de pesquisas empírica na década de 1950, o ISEB direcionava sua atenção para construir instrumentos teóricos e metodológicos para interpretar o Brasil e nele atuar praticamente. Ao pensarem um “novo modelo de homem” (Brasil desenvolvido), esses intelectuais se engajaram nas problemáticas do Brasil, assumindo a responsabilidade de uma *intelligentsia*, que pensava no povo brasileiro como agente de transformação da nação.

Os intelectuais do ISEB foram sinônimos de educação e engajamento de problemáticas políticas e culturais no Brasil da década de 1950. Assumiram a responsabilidade pelo desenvolvimento nacional acreditando que a educação seria o agente motor de tais mudanças, creditando às “massas” desprovidas de educação a tarefa de unir-se por um ideal de consciência nacional e política, ideal esse que só seria possível por meio de uma circulação sistematizada de consciência filosófica e cultural, que tinha como veículo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, lugar de representação e circulação de ideais.

Between history and memory: intellectuals of education and the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) in the 1950

Abstract: This paper aims to present the role of intellectuals of the ISEB in preserving the memory of ISEB, which corroborated the design of education, culture and politics in the 1950s. Between the intellectual and the circulation of representations, this article sought to address in what way the ISEB was associated with an educational ideology, with the consequence of preserving the institute's memory. As a result, we point out that the ISEB was appropriated by the intellectuals who made up their cadres, as a place of circulation, practice and representation of underdevelopment, the main problem faced by their intellectuals, in the search for a new model of man through

education. For this, the present work was anchored in some theorists, such as Jean François Sirinelli (2003), who discusses the concept of intellectual, Pierre Nora (1993), regarding the problematic of places of memory, Maurice Halbwachs (1990), on collective memory, in an attempt to create a suitable theoretical-methodological framework for the construction of this research.

Keywords: Intellectuals. ISEB. Education. Memory. History.

Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ABREU, A. A.de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.
- BONAVIDES, P. *A revolução constitucional do Brasil*. Conferência feita pelo autor na Academia Piauiense de Letras, em 27 de julho de 2000.
- BRAGA, S. S. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946 - um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998.
- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº. 37.608, de 14 de julho de 1955, que Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências. *Relatório Sucinto das Atividades do Iseb, de janeiro de 1955 a novembro de 1960*. Biblioteca Nacional: seção de manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): Rio de Janeiro (52, 30, 49).
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad.de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- LEITE, J. L.; ALVES, C. *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e política*. Vitória: EDUFES, 2011.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.
- PAIVA, V. P. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: "Entre o Povo e a Nação"*. Ed. Ática, 1990.

PINTO, Á. V. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Ministério da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1960.

SIRINELLI, J-F. Os Intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Submetido em: 29/08/2016

Aceito em: 19/08/2017